



COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OU CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CODEVASF.

Ref.: Pregão Eletrônico Edital nº 25/2020

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS – COOATES, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.997.641/0001-50, situada na Rua Pedro Celestino, nº 61-A, CEP 55.560-000, Centro, Barreiros-PE, representada pelo seu presidente José Cláudio da Silva, brasileiro, casado, gestor, portador da cédula de identidade nº 4.824.026 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.010. 354-35, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019, vem apresentar:

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

De Contratação de empresa especializada na Contratação dos serviços de capacitação técnica em gestão de empreendimentos socioambientais, para beneficiários dos sistemas de abastecimento de água tratada, em comunidades rurais difusas, no Município de Água Branca, no Estado de Alagoas.

1 – BREVE SÍNTESE

Tem o presente por escopo IMPEDIR a participação de Cooperativas do presente Pregão Eletrônico, sob o argumento em seu Edital no seu Item 3.7 e Termo de Referência que diz em seu Item 5.3: “**Cooperativas:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017”.

Esclarece que as Cooperativas são regidas pela Lei nº 5.764/71 (Lei Geral das Cooperativas), sendo, portanto, HABILITADAS conforme o artigo 13, §2º, do Decreto nº 8.538/2015, para participarem de licitações.

A exclusão de Cooperativas do presente Pregão Eletrônico é inconstitucional, ilegal, imoral, e será objeto de apreciação do Poder Judiciário, em caso de manutenção do impedimento de sua participação.

Além do que, a Cooperativa de Trabalho Agrícola, Assistência Técnica de Serviços – COOATES deve participar em condição diferenciada, na forma prescrita pela Lei Complementar nº 123/2006, a qual desde já DECLARA que cumpre os requisitos estabelecidos



COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS

em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

De acordo com vasta comprovação, a COOATES é uma cooperativa de trabalho que sempre participou de processos licitatórios, tendo firmado contratos administrativos com diversos órgãos públicos importantes no cenário brasileiro, tais como o INCRA-AL, a COMPEA-PE e SECRETARIA DO TRABALHO-AL E PE na modalidade consultoria e instrutórias com também habilitada pelo SEBRAE-AL para a execução do objeto em licitação com também o Porto de SUAPE, o Estado de Pernambuco, dentre outros.

O ato de proibir o direito idêntico ao que foi deferido à outras empresas, que poderão se candidatar a suas propostas. Assim sendo, a autoridade comete abuso de autoridade agindo além do limite do que a lei lhe autoriza, gerando um ato nulo de pleno direito.

As cooperativas conforme previsto na lei 12.690/12 podem e deveram participar da licitações, por estar supostamente em desacordo com o Termo de Referência Item 5.3, é ato arbitrário, ilegal, e, portanto, nulo.

A COOATES é uma Cooperativa de Trabalho, regida pela Lei nº 12.690/2012, que complementa as cooperativas de trabalho reforça que as cooperativas não são empresas de mão de obra. E no Art. 10 em lei que trata em seu § 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

Ora, está equivocado o IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO de Cooperativas, do presente Pregão Eletrônico, sob o raso argumento constante no seu Edital Item 3.7 e Termo de Referência em seu Item 5.3.

2 – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1 – DA INCONSTITUCIONALIDADE DE IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA EM PROCESSO LICITATÓRIO (PREGÃO ELETRÔNICO)

A Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços – COOATES é uma cooperativa de trabalho, sem fins lucrativos, regida pela Lei nº 5.764/71 e pela Lei nº 12.690/2012.

O impedimento de participação de cooperativa como a COOATES, além de ser abominável, por ferir o princípio da moralidade, afronta de forma execrável o princípio da legalidade, insculpido no artigo 5º, II, da Constituição Federal.

Posto que o inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 8.666, alterado pela Lei 12.349/2010, veda, expressamente a discriminação às cooperativas. Eis o texto do dispositivo:



Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, **inclusive nos casos de sociedades cooperativas**, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

De forma mais contundente afirma a Lei Federal 12.690, publicada no DOU em 19 de julho de 2012, nos exatos termos do § 2º do art. 10, *ad litteram*:

“A cooperativa de trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tem por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social”

Verifica-se ilegalidade na constrição, no que tange a vedação da Impetrante em participar do processo licitatório sem fundamento algum, cuja aplicabilidade só se manifestaria diante de um fato, mediante instalação de processo administrativo judicial com o objetivo de aferir a subordinação, a pessoalidade e a habitualidade. O que não pode ser admitido a priori, por ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Posto que, a violência praticada pela Autoridade afronta o §1º do artigo 3º da Lei nº 8.666, e o §2º do artigo 10 da Lei nº 12.690, e ainda o princípio da legalidade expresso no artigo 5º, II da Constituição Federal, complementado pelo artigo 37, este Diploma Maior, no que tange a moralidade e a própria legalidade, que deve pautar a Administração.

É de causar perplexidade e indignação, enquanto a Constituição Federal, incentiva e apoia o Cooperativismo através do Estado, a Autoridade Coatora, integrante da Administração Pública, alija do processo licitatório, um dos mais nobres Institutos Jurídicos, regulamentado pela



COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS

Lei 5.764/71 – A Lei das Cooperativas. De maneira arbitrária, ilegal e, sobretudo inconstitucional.

O administrador público deve aplicar de forma rigorosa o Princípio da Legalidade, inserido no artigo 5º, inciso II:

“Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

No presente Mandamus, ficou amplamente comprovado que a vedação a participação de cooperativas com a COOATES no presente processo licitatório agride violentamente a Constituição Federal. O Administrador não pode exercer sua vontade, pois na administração Pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza.

Como não existe previsão legal para essa vedação, tal ato da autoridade coatora é inconstitucional e ilegal.

Neste mote, a Magistrada Dr.^a Paula Emília Moura Aragão de Souza Brasil, da Sétima Vara da Justiça Federal, desta Capital, no MS Nº 2003.83.00.025228-2, fundamentou e assim decidiu:

“De fato, não há norma legal que impeça a participação de cooperativas em certames licitatórios, não estando tais entidades elencadas no rol do artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

Ao contrário, os Princípios regentes da concorrência pública recomendam ampla competição, de modo a assegurar a participação de tantos quantos demonstrem o preenchimento de qualificação técnica e idoneidade para execução do serviço contratado.

(...)

À luz destas considerações, chamo o feito à ordem para revogar o despacho de fl. 75 e, preenchido os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora, concedo a liminar para determinar à impetrada que se abstenha de proibir a impetrante COOSER – COOPERATIVA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO RECIFE LTDA de participar da concorrência referente ao Edital de Pregão nº 10/2003 (Processo nº 23082.003181/2003), em razão da sua natureza jurídica de sociedade cooperativa, se por outro motivo não estiver impedida de concorrer.”

Também na mesma linha MARÇAL JUSTEN FILHO^{1[6]}:

^{1[6]} JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8ª Ed. SP : Dialética, 2000. P 316



“É possível e viável a participação de cooperativas em licitação quando o objeto licitado se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída”.

No ponto bate o Exmo. Juiz Federal RENATO LOPES BECHO, em artigo sobre o tema:

“As particularidades das sociedades cooperativas são mais de natureza interna societária, não sendo significativas para a Administração Pública, para fins de licitação. (...). Não há motivo jurídico que permita a segregação das cooperativas dos processos licitatórios, de maneira geral. A vedação de participação dessas cooperativas exige comprovação fática da correlação lógica analisada em cada caso particularmente”

Nesse sentido, impedir a participação de alguma cooperativa no presente processo de contratação significa “odiosa discriminação”, como afirmou o Exmo. Sr. Juiz de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, na sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança Nº 98.001.185.039-4 impetrado pela Cooperativa de Policiais Militares Inativos e Afins contra o Ilmo. Sr. Presidente da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO da Cidade do Rio de Janeiro – CET-RIO.

Em uma só palavra: PRECONCEITO.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou, em inúmeros casos, pela inconstitucionalidade da atuação da administração, quando esta inobservar os parâmetros de razoabilidade em seu agir (RE 18.331, HC 45.232, Rp 930).

O Excelentíssimo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, em sua obra DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, enfatiza que, de acordo com a doutrina constitucional mais moderna, em se tratando de imposição de restrições a determinados direitos, deve-se indagar não apenas sobre a admissibilidade constitucional da restrição eventualmente fixada (reserva legal), mas também sobre a compatibilidade das restrições estabelecidas com o princípio da proporcionalidade.

No presente caso, o Edital baseia-se em lastro apriorístico de ilegalidade originária de mão de obra realizado por mediação de cooperativa, sem que haja, no ordenamento jurídico, tal vedação.

Ou seja, no presente caso não existe adequação entre os fins perquiridos pela Impetrante e o meio adotado, por atingir, frontalmente, objeto lícito, e, frisamos, constitucionalmente incentivado.

Ante a desproporcionalidade que atinge iguais bens jurídicos, vale-se a Impetrante do presente pleito jurisdicional para sanção de semelhante violação a moralidade administrativa e ao erário, posto que o pretendido da Impetrante possui amparo em nosso ordenamento jurídico.

Inúmeros são as decisões dos tribunais de justiça de nosso ordenamento jurídico versando sobre a vedação à participação de cooperativas em processos licitatórios, vejamos abaixo:

Vistos. [...]

Como se vê, para superar a questão do vínculo de subordinação dos cooperativados relativamente ao Poder Licitante, daí resultando-lhe passivo pela legislação trabalhista, a Lei 12.690/2012, instituiu, no art. 7º, § 6º, um órgão chamado coordenação, eleito pelos sócios, cuja função é expor as condições do serviços aos que se dispõem a prestá-lo, bem assim os valores contratados e retribuição pecuniária. Por sua vez, o art. 17, § 2º, ao presumir intermediação de mão de obra subordinada entre o contratante e as cooperativas de trabalho, "que não cumprirem o disposto no § 6º do art. 7º", claramente exclui a subordinação quando tal dispositivo for cumprido, isto é, quando houver coordenador. Por isso é que vem sendo admitida a tese de que, desde a inovação havida com a Lei 12.690/2012, está superado o entendimento jurisprudencial anterior, haja vista, para exemplificar, decisão do STJ, num caso do BANRISUL, no sentido de que **"é de ser afastada a restrição de participação das sociedades cooperativas no processo licitatório, o que importa violação aos princípios da isonomia e da competitividade da seleção" (REsp 1117078-RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 4-12-2015).**

(TJRS, Agravo de Instrumento n. 70081917411, Primeira Câmara Cível, Rel. Des. Irineu Mariani, despachado em 24 de junho de 2019)

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRÉ-EXCLUSÃO DE COOPERATIVA. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO. ART. 10, § 2º, LEI Nº 12.690/12. CONTROLE TÓPICO E IMPEDIMENTO À FRAUS LEGIS. ACORDO FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO.

Não se afigura constitucional o banimento prévio das Cooperativas de procedimentos licitatórios, apenas em razão dos benefícios e privilégios legais a elas concedidos, tendo em vista o princípio da isonomia, arts. 5º, caput e inciso I, e 37, caput e inciso XXI, CF/88, que deve haver entre os concorrentes, exclusão esta mais indevida em face dos



dizeres do art. 10, § 2º, Lei nº 12.690/12, assim como do art. 3º, § 1º, I, Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 12.349/10.

Por óbvio, cabe à Administração Pública, topicamente, evitar a fraude, impedindo que falsas cooperativas possam driblar valor essencial ao direito laboral - art. 3º, CLT - como tratam de cuidar os arts. 4º e 5º, II, Lei nº 12.690/12. O acordo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público não pode ser lido com a extensão objetiva de remeter ao exílio as verdadeiras cooperativas, em agressão à Lei Maior e a legislação de regência do competitivo, assim como dele estão alforriados, subjetivamente, aqueles que não o subscreveram.

(Apelação e Reexame Necessário Nº 70051907087, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em 30/01/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTO NO ART. 10 DA LEI 12.016/2009. ILEGALIDADE DE CLAÚSULA DO EDITAL QUE PROÍBE A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA. **À evidência não é o caso dos autos em que se imputa de ilegal a cláusula do edital que proíbe a participação de cooperativa de mão-de-obra na licitação que tem por objeto a contratação de empresa para os serviços de varrição e capina das ruas. Aplicação do art. 49, §2º da Lei n. 8.666/93. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato.**

Ausência dos requisitos para o indeferimento da inicial. Apelação provida.

(Apelação Cível Nº 70054225701, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 24/07/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ITEM DE EDITAL. LICITAÇÃO. COOPERATIVA. EXCLUSÃO EM EDITAL DE CONVOCAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, caput, da Lei n. 8.666/93). **Viola o princípio da isonomia a exclusão de cooperativa em edital de convocação de processo licitatório. Ilegalidade do ato administrativo.** Apelação desprovida.

(Apelação Cível Nº 70051439198, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 21/11/2012)

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA. EXCLUSÃO EM EDITAL DE CONVOCAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. **Constitui-se em quebra deste princípio, a exclusão de determinada modalidade de sociedade, no caso, cooperativa de mão-de-obra, no edital de convocação. Ilegalidade do ato administrativo.** Apelação desprovida. Sentença mantida em reexame necessário.

(Apelação e Reexame Necessário N° 70049951122, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em 08/08/2012)

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇO TERCEIRIZADO PARA O DETRAN/RS. EDITAL VEDANDO A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS. IMPOSSIBILIDADE. **É inconstitucional e ilegal a vedação, em edital de licitação, da participação de cooperativas, observada a existência de estímulo constitucional ao cooperativismo, bem como os princípios de liberdade de exercício do trabalho e da atividade econômica, e a igualdade assegurada pela Lei nº 8.666/93, que não proíbe o acesso das cooperativas às licitações.** Vedação que importa ofensa ao princípio da isonomia, não sendo suficiente a qualidade da licitante para excluí-la de plano do certame, cabendo ao contratante, caso vencedora a cooperativa, efetuar a devida fiscalização, no âmbito de sua competência, do cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias. Precedentes do TJRS. Apelação a que se nega seguimento.

(Apelação Cível N° 70047312871, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 16/04/2012)

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. COOPERATIVA. EDITAL VEDANDO A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. **É ilegal a vedação de participação de Cooperativa em certame licitatório em razão dos benefícios e privilégios concedidos a esse tipo de pessoa jurídica.** Lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas, desde que os



COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS

serviços licitados sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados em relação às respectivas cooperativas e em relação ao tomador do serviço. Possibilidade de participação destas cooperativas. APELAÇÃO DESPROVIDA, REEXAME PREJUDICADO.

(Apelação e Reexame Necessário Nº 70042500579, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 31/08/2011)

Portanto, evidente a ofensa ao direito líquido e certo da COOATES em poder participar do Edital de Seleção Pública.

2.2 – DAS JURISPRUDÊNCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU ACERCA DO PRESENTE TEMA

Nesse sentido, seguem as decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE DA SELEÇÃO. ACÓRDÃO LOCAL EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES STJ: RESP. 997.259/RS, REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJE 25.10.2010 E RESP. 710.534/RS, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJ 15/5/2007, P. 261. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A, com fulcro no art. 105, III, alíneas a e c da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO DO MÉRITO POR FORÇA DO ART. 515, § 3º., DO CPC. PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS. VIABILIDADE.

1. (...)

3. E de ser afastada a restrição de participação das sociedades cooperativas no processo licitatório, o que importa em violação aos princípios da isonomia e da competitividade da seleção. DECISÃO: RECURSO PROVIDO. UNÂNIME (fls. 292). (...)



6. Conforme se verifica do acórdão recorrido, **a Corte Gaúcha afastou a restrição de participação no processo licitatório das sociedades cooperativas, sob o fundamento que tal vedação consistia em violação aos princípios da isonomia e competitividade da seleção.**

7. Este entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior de que devem ser afastadas as cláusulas editalícias que dificultam a competitividade e quebram a isonomia entre os partícipes, na busca maior da proposta mais vantajosa para a Administração. (...)

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.117.078 - RS (2009/0106934-8)
REL. MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJE
04/12/15)

Nesse sentido, seguem as decisões recentes do Tribunal de Contas da União – TCU:

Representação. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Sistema de Registro de Preços. Alteração de regra editalícia sem a correspondente publicidade. Suposta participação indevida de cooperativas. Possibilidade injustificada de adesão de outros órgãos na ata de registro de preços. Audiências. Multas. Pedidos de reexame. Conhecimento parcial. Saneamento de algumas irregularidades. **Considerações sobre a possibilidade de contratação de cooperativas por órgãos públicos federais.** [...]

Encaminhamento da deliberação à comissão de jurisprudência para avaliar a oportunidade e conveniência revisitar o entendimento proferido na Súmula 281. (TCU, Acórdão n. 2.463/2019, Primeira Câmara, Rel. Min. Bruno Dantas, julgado em 19/03/2019)

[...] 9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5 – Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:

9.3.1. restringir a participação em licitações públicas somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como OSCIP, participantes sob esta condição;

9.3.2. harmonizar o dispositivo com preceitos constitucionais e legais estabelecidos (art. 5º, caput, e art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993) e com entendimentos jurisprudenciais do TCU; [...] e



COOPERATIVA DE TRABALHO AGRÍCOLA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS

9.3.3. ampliar a competitividade em certames públicos e, por conseguinte, a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em que o objeto também possa ser atendido por instituições sem fins lucrativos, tendo em vista que inexistente norma legal que discipline, de forma indistinta, vedação de participação em processos licitatórios a essas entidades; [...]

(TCU, Acórdão n. 2.426/2020, Plenário, Rel. Min. Vital do Rêgo, julgado em 09/09/2020)

3 – DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, **é o presente para requerer a Impugnação do presente Edital, no sentido de permitir a participação** da Cooperativa Agrícola De Assistência Técnica E Serviços – COOATES do presente Pregão Eletrônico, assim como com base nos argumentos aqui expostos, respeitando os princípios constitucionais da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade constantes na Constituição Federal.

Por fim, a Cooperativa Agrícola De Assistência Técnica E Serviços – COOATES deve ser declarada HABILITADA conforme o artigo 13, §2º, do Decreto nº 8.538/2015, devendo participar em condição diferenciada, na forma prescrita pela Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Recife, 02 de dezembro de 2020.

**COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E SERVIÇOS – COOATES**